

Da história da fronteira à história do Oeste: fragmentação e crise na *Western history* norte-americana no século XX

From the history of the frontier to the history of the West: Fragmentation and crisis in American Western history in the 20th century

Arthur Lima de Avila¹
arthurlavila@gmail.com

The increasing importance of inter-American relations makes imperative a better understanding by each of the history and the culture of all. A synthetic view is important not alone for its present day political and commercial implications; it is quite as desirable from the standpoint of correct historiography (Bolton, 1932, p. 449).²

Resumo. A *Western History*, campo da historiografia norte-americana dedicado aos estudos da fronteira e do Oeste, teve uma trajetória disciplinar bastante particular no curso do século XX, primeiramente tendo se dedicado à história da fronteira, nos Estados Unidos e fora dele, e, já na segunda metade daquele século, a uma perspectiva regionalista. No esteio deste deslocamento, surgiu um sentimento de crise e fragmentação bastante acentuado, decorrente, em grande parte, de sua marginalização acadêmica depois da década de 1960.

Palavras-chave: oeste norte-americano, *Western history*, fronteira.

Abstract. Western history, the field of American historiography devoted to the studies about the West and the frontier, had a peculiar disciplinary trajectory in the 20th century. It first focused on the history of the frontier, in the USA and abroad, and, in the second half of that century, on a regionalist perspective. In the wake of this shift, a profound feeling of crisis and fragmentation emerged, mainly as a result of its academic marginalization after the 1960s.

Key words: American West, Western history, frontier.

Introdução

Nos Estados Unidos, a *Western History* é o campo dedicado à história do Oeste e da fronteira. Juntamente com a *Southern History*, a História do Sul,

¹ Licenciado em História pela UFRGS. Mestre em História pela UFRGS e Doutorando em História pela mesma universidade.

² "A crescente importância das relações interamericanas torna imperativa uma melhor compreensão da história e cultura de todas. Uma visão sintética é importante não somente pelas suas presentes implicações políticas e comerciais; ela é desejável também do ponto de vista de uma historiografia correta" (Bolton, 1932, p. 449, tradução minha).

ela é a única subdisciplina institucionalizada dedicada às investigações sobre um território específico do espaço norte-americano. Mas nem sempre foi assim. Quando de sua “fundação”, em fins do século XIX, a História do Oeste confundia-se com a história da expansão da América. Em outras palavras, ela era entendida como sendo a *própria* história da *nação*. Sua narrativa contemplava todo o continente, começando no Litoral Atlântico e terminando na Costa do Pacífico, não estando, portanto, espacialmente confinada à região além do centésimo meridiano³. O que aconteceu, então? O que levou a *Western History* a tornar-se uma historiografia regionalista? Sendo assim, o objetivo deste artigo é traçar os caminhos que levaram a história da fronteira, compreendida como sendo *nacional* em seu escopo, a transformar-se na história do Oeste, com preocupações eminentemente *regionais*. Para isto, atento para dois elementos básicos: os *tipos* de escrita da história envolvidas neste processo e seus *lugares sociais de produção*⁴, destacando a *crise* (e o seu discurso) que passou a ser dominante no campo a partir da década de 1950. Com isso, espero poder desvelar o processo que levou a *Western History* a uma marginalização acadêmica e intelectual dentro da disciplina, com a consequente perda de seu prestígio como o *locus* legítimo da narração da história nacional dos americanos do norte.

O Oeste enquanto América: a *Western History* como história nacional

A *Western History* foi institucionalizada na academia norte-americana em fins da década de 1890, sob a tutela do famoso historiador Frederick Jackson Turner⁵. Num contexto de expansão do ensino superior, e de profissionalização das Ciências Humanas, diversas universidades introduziram o curso ao seu currículo. A primeira a fazê-lo foi a *alma mater* de Turner, a Universidade Estadual do Wisconsin, em 1895, com várias outras seguindo nos anos seguintes (Bogue, 1996, p. 6-7).

O tipo de história do Oeste institucionalizada por Turner e seus seguidores era baseada em sua *frontier thesis*, lançada ao mundo em 1893. Esta tese era relativamente simples: segundo seu autor, a existência de uma linha de

fronteira e seu contínuo avanço em direção ao Pacífico explicava o desenvolvimento dos Estados Unidos. Para ele, a presença de *free lands* no Oeste atraía milhares de novos colonos à região, sequiosos em escapar do ambiente opressor do Leste. Ali, afastados da civilização e em contato com a natureza intocada (a *wilderness*), eles eram livres para perseguir a tão sonhada igualdade econômica e política – não existia nenhum entrave à ascensão do homem comum ao topo da pirâmide social, a não ser sua própria fraqueza. Deste modo, a democracia norte-americana era constantemente regenerada pelo processo de expansão, na medida em que os conflitos sociais eram escoados para a distante *frontier*. Além disso, a *wilderness* era responsável pela americanização do colono: sua identidade europeia era deixada para trás e ele renascia como o *homo americanus*, um novo ente cultural (eticamente europeu, mas culturalmente mestiço) completamente adaptado ao Novo Mundo. Era deste choque dialético entre “selvageria” (o espaço natural) e “civilização” (o homem branco da fronteira – o *pioneer*) que surgia o excepcional regime democrático da América. Da colisão entre estas antíteses, surgia uma síntese maior, e melhor, que a suas partes constituintes: os Estados Unidos moderno (Avila, 2006, p. 67-89).

Para além das vantagens e desvantagens desta hipótese, o trunfo de Turner estava na sua conceitualização da fronteira como sendo algo *móvel*. Não se tratava, portanto, de um limite estático entre dois mundos, mas de um “organismo” (para usar suas próprias palavras) fluido e mutável, que se movia constantemente em direção ao Oeste. A fronteira era, assim, o *espaço nacional* em movimento: ela começou ainda na Costa Atlântica, e num espaço de duzentos anos, cruzou os Apalaches, o Mississippi, as Grandes Planícies, as Montanhas Rochosas e chegou ao litoral do Pacífico, em 1890, aproximadamente (o famigerado “fim” da fronteira). Como bem percebeu William Cronon (1987, p. 166), graças a isto, a *frontier thesis* deu *movimento* à América e lhe forneceu um enredo crível e extremamente persuasivo.

Esta capacidade persuasiva é, sem dúvida, resultado direto do tipo de narrativa composta por Turner e continuada por seus seguidores nas décadas seguintes: ela dava um sentido progressista para a história nacional, que iniciava com o já mencionado choque dialético entre selvageria e civilização e culminava com a ascensão dos Estados Unidos

³ O centésimo meridiano é a linha imaginária que cruza os Estados Unidos, da Dakota do Norte até o oeste do Texas, e separa o Oeste “legítimo” do Meio-Oeste.

⁴ Utilizo o conceito de “lugar social de produção” (uma profissão, uma instituição, etc.) elaborado por Michel de Certeau (2002, p. 65-109). Segundo o Jesuíta francês, ele funciona como um dos mediadores do discurso historiográfico, possibilitando certas interpretações e limitando outras. É a partir dele que se delimitam os objetos e práticas consideradas legítimas pela disciplina, ao mesmo tempo em que se censuram outras. Deste modo, a operação historiográfica seria resultado de um processo tripartite, que envolve os *lugares sociais de produção*, as *práticas* “científicas” daí derivadas e a *escrita* histórica propriamente dita.

⁵ Turner, nascido em 1861, é considerado como o *founding father* não só da *Western History*, mas também da própria historiografia norte-americana moderna. Ele foi professor na Universidade do Wisconsin entre 1890 e 1910, e de Harvard, entre 1910 e 1924. Também foi presidente da *American Historical Association* (AHA) no biênio 1910-1911. Faleceu em 1932.

ao *status* de potência industrial e hemisférica. Neste caso, a Grande Estória⁶ turneriana era um modo de dar coerência para experiências regionais que, até então, pareciam deslocadas umas das outras: a *Western History* era a História dos Estados Unidos – a *frontier thesis* era, em última instância, a narrativa da formação de um país excepcional (Novick, 1988, p. 47-60). Ela racionalizava o desenvolvimento do capitalismo em solo norte-americano, dando-lhe uma base realmente autóctone e diferenciando-o de sua contraparte europeia. A fronteira agia como o principal elemento de americanização dos habitantes do país e de seu sistema político e econômico. Com isso, a tese de Turner adequou-se perfeitamente ao *milieu* cultural de fins do século XIX e XX, legitimando as pretensões imperiais estadunidenses e fornecendo uma base “científica” para seus sonhos de um Destino Manifesto, lhes concedido não mais pela Providência, mas por sua produtividade e devoção à democracia (Avila, 2006, p. 119-141).

Como bem demonstrou Kerwin Klein (1996, p. 195), a *frontier thesis* foi a primeira narrativa a instituir como legítimo o estudo dos grupos subalternos da nação, já que seus heróis não eram os grandes vultos da história norte-americana, mas seres humanos comuns. Por intermédio de Turner, os habitantes do país ganharam uma narrativa com a qual podiam identificar-se, se não plenamente, pelo menos parcialmente. Ademais, o conceito também aventava para a possibilidade não só de um choque cultural, mas também de uma *interação* entre os mundos distintos da “selvageria” e da “civilização”. Se é verdade que ele negligenciou os nativos como atores importantes de sua história, também é verdade que ele construiu o cenário fronteiriço como sendo um espaço de atuação *conjunto*, tanto para os colonos como para os indígenas. Em outras palavras: a fronteira podia ser entendida como uma *zona de interação cultural* entre estes dois grupos. Um não existia sem o outro.

Esta história foi legada por Turner aos seus seguidores, ainda que eles tenham efetuado algumas mudanças no *plot* principal⁷. Os dois decanos maiores do turnerismo na primeira metade do século XX, e autoridades incontestes do campo, foram Frederick Paxson (1877-1956) e Ray Allen Billington (1901-1981). O primeiro foi autor

do aclamado *A History of the American Frontier* (“Uma História da Fronteira Norte-Americana”) (Paxson, 2001), publicado em 1924 (e premiado com o Prêmio Pulitzer no ano seguinte), e o segundo escreveu *Westward Expansion* (“Expansão Ocidental”), lançado em 1949 (Billington, 1967 [1949]). Ambas as obras foram consideradas como sendo “prolongamentos” naturais da hipótese e das preocupações de Turner⁸.

Com algumas diferenças particulares (que não são importantes para minhas análises mais gerais), as duas obras seguem o mesmo enredo: ambas respeitam fielmente a linha temporal e espacial originalmente imaginada por Turner em *The Significance of the Frontier in American History*. A história começava nas praias do Leste e movia-se em direção ao Pacífico, atravessando os Apalaches, o Rio Mississippi, as Grandes Planícies e as Montanhas Rochosas. Do mesmo modo, a fronteira chegava ao fim em 1890. Ao contrário de Turner, contudo, Paxson e Billington construíram seu conceito de “fronteira” a partir da *oposição* entre selvageria e civilização, e não da interação entre estes dois pólos. Embora a redução dos indígenas ao mundo natural já fosse algo presente nos escritos de Turner, ela não possuía a mesma magnitude dos livros de seus dois eminentes seguidores. Para Paxson e Billington, a batalha central da história dos Estados Unidos não era entre colonos e indígenas, mas entre os *pioneers* e a *natureza*, que se recusava a ser domada de maneira fácil. O choque dialético entre estes dois polos não existe; o que existe é a dominação de um pelo outro: os brancos subjugam a terra de modo triunfal, levando nada de sua herança selvagem (Paxson, 2001; Billington, 1967 [1949]).

Talvez o maior exemplo desta alteração esteja em *Westward Expansion* (Billington, 1967 [1949]): enquanto Turner (1996, p. 3) considerava a fronteira como sendo o “ponto de encontro entre selvageria e civilização”, Billington (1967 [1949], p. 3) a conceituava como sendo “a westward-moving zone, contiguous to the settled portions of the continent, and peopled by a variety of individuals bent on applying individual skills to the exploitation of abundant natural resources⁹. A antiga definição turneriana foi transformada em uma *divisão* absoluta entre “civilização” e “natureza”, sem espaço para as nuances

⁶ O conceito de “Grande Estória” (“*Great Story*”, no original) é de Robert Berkhofer, Jr. (1997, p. 38-39), e significa o contexto maior das histórias parciais e todo o passado concebido como história que justifica as exposições sintéticas dos historiadores. Assim, uma, ou a, Grande Estória pode ser a biografia de uma vida, a história de um lugar ou uma região específica ou o relato de um ano ou uma década. É importante perceber, contudo, que este conceito não deve ser confundido com o de “Grande Narrativa”, de Jean-François Lyotard (1989), na medida em que uma Grande Estória pode ser ou não ser uma destas Grandes Narrativas.

⁷ Emprego o conceito de *plot* (enredo) de Hayden White (1994, p. 100). Segundo ele, o enredamento de uma determinada história é feito a partir da “supressão ou subordinação de alguns elementos e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante”.

⁸ Cabe ressaltar que Turner nunca sistematizou sua *frontier thesis* em uma única obra, estando ela esparsa em uma série de artigos escritos, principalmente, entre a última década do século XIX e os primeiros anos do XX. Estes textos foram reunidos em 1920, na famosa coletânea *The Frontier in American History* (“A Fronteira na História Americana”) (Turner, 1996). As obras de Billington e Paxson foram aclamadas, cada uma em seu momento, como sendo “o livro que Turner nunca lançou”.

⁹ “Uma zona que se movimenta a Oeste, contígua às porções colonizadas do continente, e povoadas por uma variedade de indivíduos sequeiros em aplicar suas habilidades individuais à exploração de recursos naturais abundantes” (Billington, 1967 [1949], p. 3, tradução minha).

e ambiguidades, e para a originalidade linguística, de Turner. Por isso mesmo, a narrativa de Billington opera de maneira quase mecânica – os pioneiros marcham em direção ao Pacífico obliterando as barreiras em seu caminho, sem o drama dialético de Turner. O resultado é uma história que, ao alterar a forma da *frontier thesis*, acabou refigurando seu conteúdo. Se a tese original de Turner pode ser entendida como uma reconciliação de antíteses (“civilização” e “selvageria”) em uma síntese (“democracia”), a de Billington é uma narrativa teleológica: a nação supera todos os obstáculos e barreiras e emerge triunfal em fins do século XIX¹⁰.

Apesar destas diferenças, a *Western History* ainda era um dos *loci* privilegiados para a narração de uma história nacional dos Estados Unidos, se não o mais¹¹. Como demonstra Allan Bogue, no ano da morte de Turner, em 1932, a quantidade de cursos de *Western History* em diversas instituições era bastante significativa: 69% das universidades do Oeste o possuíam em seus currículos, incluindo todas as estaduais, contra 43% das instituições do Leste. Nesta região, contudo, não é tanto o número que impressiona, mas os locais onde o curso era ensinado: as oito universidades mais prestigiosas da América, a chamada *Ivy League*¹², ofereciam-no aos seus alunos (Bogue, 1996, p. 7-9). Do mesmo modo, o campo também passava a ter a sua própria organização, a *Mississippi Valley Historical Association* (MVHA), fundada em 1907, e sua própria revista, a *Mississippi Valley Historical Review* (MVHR), em 1914. A primeira, mesmo dedicada a temas “paroquiais” do Oeste, tornou-se a segunda maior associação de historiadores do país, somente numericamente inferior a AHA, enquanto a segunda transformou-se no principal fórum de discussões sobre história norte-americana nos Estados Unidos, com a ênfase sempre recaindo na *Western History*. Ambas foram controladas por turnerianos, ou simpatizantes, em suas duas primeiras décadas de existência (Novick, 1988, p. 182-183). Ademais, praticantes da *Western History*, turnerianos ou não, também se destacaram como presidentes da AHA: entre 1910 e 1960, foram seis os que alcançaram o cargo máximo da instituição¹³.

Isto não significa, contudo, que a *Western History* turneriana tenha sido aceita de modo acrítico por todos os historiadores do campo. Embora um grande número tenha seguido fielmente os preceitos do mestre, outros os utilizaram como um ponto de partida para novas narrativas e explicações, contribuindo, assim, para a manutenção do dinamismo da História do Oeste. Aqui, dois autores merecem destaque: Herbert Eugene Bolton (1870-1953) e Walter Prescott Webb (1888-1963). O primeiro foi responsável pela criação do conceito de *borderlands*, enquanto que o segundo foi um dos primeiros autores a teorizar sobre as características peculiares do *Far West*, a região além do centésimo meridiano.

Para Bolton, a experiência fronteiriça norte-americana não se aplicava somente aos territórios adjacentes às terras indígenas, mas também àqueles que eram limítrofes com a América hispânica, no Sudoeste do país. Para não haver confusão entre estes dois espaços, contudo, ele elaborou o conceito de *borderland* (“terra limítrofe”), em seu famoso livro *The Spanish Borderlands* (“As Borderlands Espanholas”, 1921) (Bolton, 1996 [1921]) para aquelas áreas onde “anglo-saxões” e “espanhóis” se encontravam. Mesmo após a conquista norte-americana de um terço das terras mexicanas, os hispânicos continuavam desafiando a assimilação completa: os antigos ocupantes da terra eram como uma memória constante da resistência da “natureza” em ser facilmente assimilada. Mais do que isso, Bolton lembrava aos seus leitores que, nos territórios do Sudoeste dos Estados Unidos, a *mestizaje* não era só cultural: ela era sanguínea. O sangue dos conquistados corria nas veias dos filhos dos conquistadores (Bolton, 1996 [1921]). Apesar deste *insight* bastante original, Bolton era um turneriano de coração: os personagens de sua narrativa são os agentes coloniais espanhóis e os proprietários de terras da *frontera*, considerados por ele como a versão hispânica dos pioneiros anglo-saxões. A mestiçagem se dá entre europeus, entre espanhóis e anglos – o elemento indígena é minimizado. De qualquer modo, a teorização de Bolton levou ao surgimento de uma história efetivamente *transnacional*, na medida em que ele não naturalizava os territórios nacionais como espaços fixos, apontando para as diversas interações entre

¹⁰ Os termos utilizados por Billington (1967 [1949], p. 653-673) para se referir aos outros atores sociais da expansão são bem claros: índios, espanhóis, franceses e o mundo natural são barreiras a serem superadas pelos pioneiros anglo-saxônicos. Não existe, portanto, a noção de síntese de Turner: a civilização vence a selvageria, não se funde a ela para o surgimento de uma nova sociedade em solo americano.

¹¹ Talvez a única narrativa nacional que podia rivalizar com a *frontier thesis*, era a de Charles Beard em seu famoso *Rise of the American Civilization* (“O Surgimento da Civilização Norte-Americana”), publicado em 1928 e considerado por um grande número de historiadores como o melhor livro de história norte-americana publicado até então. Mas enquanto Beard era famoso por seu radicalismo político (ele era um socialista) e sua obra era repleta de considerações políticas bastante acentuadas, a tese de Turner era bastante conservadora em suas implicações políticas mais gerais. Talvez por isso mesmo, diz Novick (1988, p. 86-109), ela tenha sido aceita de modo mais amplo no *mainstream* historiográfico dos Estados Unidos.

¹² A “Liga da Hera” refere-se às mais prestigiosas universidades dos Estados Unidos. São elas: Harvard, Princeton, Dartmouth, Yale, Columbia, Pensilvânia, Brown e Cornell.

¹³ Foram eles: Turner (1910), Bolton (1932), Paxson (1938), Hayes (1945), Curti (1954 – Curti também era um respeitado historiador intelectual) e Webb (1958). O número pode parecer baixo, mas é conveniente lembrar que a AHA abarca todas as especializações e subdisciplinas da profissão nos Estados Unidos. Deste modo, se considerada diante deste quadro mais amplo, a presença dos *Western historians* na presidência da associação neste período não é nada desprezível. Nestas cinco décadas, por exemplo, somente um medievalista foi eleito presidente.

os mexicanos e os norte-americanos, dentro e fora de seus respectivos países. Ademais, ele também era um crítico do viés excessivamente “anglo-saxônico” de boa parte da *Western History*, que nada mais era, segundo Bolton, do que um maldisfarçado racismo¹⁴.

A perspectiva transnacional de Bolton ficou ainda mais clara em seu discurso de despedida como presidente da AHA, proferido em 1932. Sua fala, intitulada *The Epic of a Greater America* (“O Épico de uma América Maior”) (Bolton, 1932) postulava a necessidade de se estudar *toda* a América enquanto fronteira, do Alasca à Terra do Fogo, criando uma nova Grande Estória para as distintas narrativas nacionais¹⁵. Segundo ele, a interação cultural entre diferentes povos e a existência de processos fronteiriços similares (principalmente no Canadá e na Argentina) permitiam uma ampliação da tese original de Turner, transformando as três Américas em um laboratório para a verificação de suas assertivas (como, por exemplo, a americanização dos colonos). Pensada deste modo, a *Western History* oferecia um paradigma teórico e um *plot* para uma história genuinamente *americana*, não confinada a este ou aquele espaço específico. Segundo o próprio autor (Bolton, 1932, p. 452), cada história local teria seu significado ampliado se estudada à luz das outras, isto é, do todo da história americana (e não só *norte-americana*). A narrativa resultante seria o “épico de uma grande América”.

A preocupação do texano Walter Webb era outra: chamar a atenção para o Oeste enquanto *região*. Ele não abria mão de uma perspectiva turneriana, mas focava sua história em apenas uma das diversas fronteiras: as Grandes Planícies, a *wilderness* norte-americana por excelência. Em *The Great Plains* (“As Grandes Planícies”, 1931), seu mais importante livro, Webb argumentava que o padrão de colonização das pradarias diferia consideravelmente daquele do Meio-Oeste. Enquanto este era um território úmido e fértil, as terras além do centésimo meridiano eram áridas e secas, pouco propícias ao tipo de agricultura praticada no Leste. O resultado foi um predomínio temporário da natureza sobre o homem, que obrigou as instituições existentes a adequar-se à região (Webb, 1931, p. 8). Webb continuou e expandiu a idéia de “americanização” inerente ao conceito turneriano de fronteira, na medida em que avaliou o impacto do ambiente norte-americano nos milhares de seres humanos que fizeram do Grande Deserto seu lar. O tom de sua história, contudo, é um pouco mais obscuro do que o de seus colegas acima mencionados,

pois o estudo das planícies é o estudo do fracasso humano em domar a natureza. Confrontados com uma fronteira natural hostil, os colonos amargaram, pela primeira vez na história do país, a derrota para as intempéries do clima (Webb, 1931, p. 9).

Mas Webb não escreveu tragédias. Na batalha contra a *wilderness*, os fazendeiros criaram diversos mecanismos tecnológicos para superar a selvageria. Deste modo, o surgimento do arame-farpado, do arado elétrico e dos modernos sistemas de irrigação foram determinados pela vida no deserto – não só o colono, mas a tecnologia agrícola se americanizou nas pradarias (Webb, 1931, p. 270-375). A natureza venceu a batalha; os humanos venceram a guerra. Ao final de um longo período de sofrimento, a civilização emerge triunfante, subjugando o meio ambiente. O recado é implícito, mas poderoso: um povo que domina o mundo natural pode conquistar *qualquer coisa*. A conquista do Oeste é um capítulo grandioso na história da nação, e, graças a este embate, a região é a mais americana de todas. O país pode ter sido fundado em 1776, mas só adquiriu sua grandeza última com a vitória sobre as Planícies.

Outro atributo importante do livro de Webb foi a vazão dada ao *regionalismo westerner*. O subtexto de *The Great Plains* (“As Grandes Planícies”) é a construção de uma identidade regional oposta não só ao Leste, mas também ao Meio-Oeste, cenário privilegiado dos escritos de Turner e de vários de seus seguidores. A geografia dividia a América: de um lado, os *yankees* nortistas, pouco afeitos a olhar além dos Apalaches; de outro, os estoicos habitantes das planícies, que, mesmo com todos os problemas, conseguiram domar um território considerado inóspito pelos primeiros, forjando para si uma identidade intimamente conectada com a terra (e, parece-me, mais “americana” do que a de seus compatriotas do Leste). A lealdade de Webb está, portanto, além do meridiano cem. Ela jaz com seus contrêrraneos e para eles que a história é contada. Turner (1998, p. 17) afirmou em 1891 que a história da América era pouco conhecida, que os habitantes do país ainda se conheciam; 40 anos mais tarde, Webb parecia dizer o mesmo dos *westerners*. Sua narrativa funciona, então, como uma introdução à região e suas peculiaridades. Mesmo que sua Grande Estória ainda seja a marcha da fronteira e seu impacto na vida nacional, Webb antecipou o surgimento de uma história eminentemente regional para o Oeste, calcada em seus próprios problemas e experiências.

¹⁴ Ver, por exemplo, a briga feroz entre Bolton e um dos revisores de *The Spanish Borderlands*, por causa das críticas do leitor à sua defesa da cultura hispânica (Hurtado, 1995, p. 145-157).

¹⁵ Bolton (1932, p. 448) criticou as “estreitas” abordagens nacionalistas da história dos Estados Unidos, advogando, em suas próprias palavras, “the study of the thirteen English colonies and the United States in isolation has obscured many of the larger factors in their development, and helped to raise up a nation of chauvinists” (“o estudo das treze colônias inglesas e dos Estados Unidos em isolamento obscureceram muitos dos fatores mais amplos de seu desenvolvimento, e ajudaram a criar uma nação de chauvinistas”).

Este regionalismo *westerner* tornou-se ainda mais acentuado em trabalhos de intelectuais que estavam localizados *fora* dos lugares de produção considerados legítimos, como os departamentos de História, por exemplo. Um grande número de escritores, professores de Literatura e jornalistas criticavam o centralismo do governo federal, a “indevida” apropriação dos recursos econômicos e naturais do Oeste pelos capitalistas do Leste e a falta de valorização da cultura local pelos habitantes da região. Embora muitos defendessem a idéia do Oeste como a “última fronteira”, enquadrando-o assim em uma perspectiva claramente processual e nacional, outros buscavam pensar narrativas que fossem espacialmente localizadas além do meridiano cem. A minimização da idéia de “fronteira” seria imperativa para que o Oeste pudesse se pensar como uma região à parte dos Estados Unidos, oposta, principalmente, ao Leste (Etulain, 1996, p. 104-118)¹⁶.

Este andor regionalista também se fez presente na profissão: em 1929, alguns dos principais nomes da *Western History* se reuniram em Boulder, no Colorado, na primeira conferência dedicada somente ao estudo de temas relacionados ao Oeste trans-Mississipi. Embora a maior parte dos participantes fossem turnerianos comprometidos com uma perspectiva “fronteiriça”, o encontro serviu para demonstrar a importância que estas análises regionalistas estavam tomando naquela conjuntura. Em outras palavras, elas já começavam a competir com a *frontier thesis* pelo status de representações legítimas da história do Oeste, como bem percebeu Etulain (1996, p. 106).

O nascimento desta “consciência regional” e a crise do turnerismo das décadas de 1940 e 1950 (no âmbito de uma história mais geral) contribuíram sensivelmente para que a *Western History* mudasse seu foco, passando a ser uma historiografia mais preocupada com o local e menos com o nacional. No esteio deste deslocamento, acabou emergindo uma crise de identidade disciplinar que não seria resolvida pelos próximos trinta anos.

Regionalização e crise: a *Western History* estremecida

Para se entender a crise da *Western History* e a sua decorrente marginalização acadêmica, é preciso levar três

elementos em consideração: em primeiro lugar, a *fragmentação* da própria disciplina histórica como um todo, a partir da década de 1950, a *rejeição* da *frontier thesis* por boa parte dos *western historians* no mesmo período e o surgimento de histórias *alternativas* sobre o Oeste que rejeitavam os parâmetros institucionais da *Western History*.

A partir dos anos 1950, a História enfrentou uma revolução social e cultural sem precedentes nos Estados Unidos. O aumento da vagas para docentes e discentes e a diversificação destes quadros causaram o que Novick (1988, p. 363) chamou de uma “feudalização” da profissão, com o surgimento de um número muito grande de novas subdisciplinas e especializações acadêmicas. Da História Intelectual à História Quantitativa, ocorreu uma multiplicação da quantidade de trabalhos publicados, do número de PhDs concedidos e do número de publicações especializadas. Foi neste ambiente de fragmentação que a *Western History* deixou de ser central à profissão, transformando-se em mais um campo entre outros vários. Talvez o sinal mais contundente desta particularização tenha sido tanto a fundação da *Western History Association* (WHA), em 1961, quanto a transformação da MVHA, outrora tão dedicada à história e historiografia da fronteira e controlada por *western historians*, em *Organization of American Historians* (OAH), e de sua revista no *Journal of American History* (JAH), em 1967. Dois anos mais tarde, a WHA passou a ter sua própria publicação, a *Western Historical Quarterly* (WHQ).

A criação da WHA e o fim da MVHA, que podem ser entendidos como uma renúncia implícita à pretensão dos *western historians* de escrever uma história efetivamente nacional¹⁷, foram concomitantes à diminuição do prestígio acadêmico e intelectual da *Western History* no *mainstream* universitário. Em contraposição à sua grande presença nos departamentos de História em todo o país no entre-guerras, no começo dos anos 1960 somente 51% deles possuíam o curso em seus currículos, a sua maioria em *land-grant-universities* (universidades comunitárias ou estaduais de médio porte) do Oeste (Bogue, 1996, p. 8). Percebe-se, portanto, uma regionalização cada vez mais acentuada do campo: a história do Oeste passa a interessar somente ao público daquela região, perdendo seu caráter nacional e tornando-se uma especialização

¹⁶ Isto não significa, contudo, que os turnerianos não diferenciassem entre o Oeste e o resto da nação. Para eles, o ponto de vista privilegiado da história nacional era o Grande Oeste, mas por ele ser a última fronteira de ocupação. Além do mais, seu conceito de “Oeste” não abrangia somente as terras além do meridiano cem, mas praticamente todo o território para lá dos Apalaches. Sendo assim, o “Oeste” pode ser simplesmente entendido como “América”, já que abarcaria mais de dois terços de todo o espaço nacional.

¹⁷ A fundação da WHA parece-me uma reação ao espaço institucional cada vez menor do campo nas universidades mais importantes do país. Segundo Gerald Nash (1991, p. 71), isto tinha a ver com o aumento do número dos trabalhos de *Western History* e com a necessidade de criar um fórum adequado para as discussões destes historiadores. Embora a análise de Nash me pareça acertada, alguns pontos não são tocados por ele. Se ela foi resultado simplesmente do aumento de praticantes no campo, por que o sentimento de “crise” que parece permear esta produção? Por que o complexo de inferioridade que abate os *western historians* nestes anos? Por que, enfim, a necessidade de se criar um “fórum adequado”? Não seriam os existentes suficientes para isto? Os indícios, até agora, parecem apontar justamente para os fatores que Nash deixa de lado em sua análise: falta de espaço nas instituições existentes no espaço acadêmico norte-americano; a aparente obrigação em justificar a existência do campo, dando-lhe o caráter respeitável de uma “especialização”; e, por fim, a possibilidade de manutenção institucional de paradigmas considerados “obsoletos” pelos historiadores de outras áreas (os primeiros presidentes da WHA eram todos turnerianos).

não muito importante no quadro historiográfico mais geral. Os temores de que esse processo fosse irreversível foram tornados públicos por William Davis, em um artigo sintomaticamente intitulado *Will the West Survive as a Historical Field?* (“O Oeste vai Sobreviver como um Campo Histórico?”) (Davis, 1964). Publicado em 1964, na MVHR, o texto era categórico quanto à resposta da questão: se o processo de regionalização continuasse, o campo não sobreviveria por muito mais tempo. Mais do que isso, e esse era o ponto central de Davis, a predominância dos paradigmas turnerianos de explicação, mesmo que diminuída durante a década de 1950, era motivo de ridicularização entre os historiadores de outras áreas. Estes acusavam os *western historians* de se agarrarem a modelos explicativos obsoletos e, pior ainda, de possuírem um estilo anedótico e romântico de escrever suas histórias, não obedecendo aos padrões da prática historiográfica “científica”. Mesmo que uma nova geração não-turneriana estivesse surgindo, o “estrango” intelectual já estaria feito (Davis, 1964, p. 380-388).

Embora tal caracterização fosse um tanto quanto exagerada, a crise do campo estava ligada intimamente não só ao seu processo de fragmentação e regionalização, mas também ao seu claro apelo popular. Nos anos 1950 e 1960, a disciplina havia abandonado a pretensão a falar com a audiência leiga, fosse pela especialização cada vez mais acentuada dos trabalhos produzidos, fosse por simples arrogância. Os trabalhos destinados a um público mais amplo eram descartados como não-científicos, não correspondendo, portanto, às exigências de um trabalho historiográfico “respeitável” (Novick, 1988, p. 373). Se levarmos em consideração que os livros de história do Oeste estavam entre os mais vendidos e que vários integrantes do campo eram defensores da divulgação científica, como Ray Allen Billington¹⁸, por exemplo, podemos começar a entender o motivo da *Western History* ter sido caracterizada por seus detratores como “mero anedotário”. Sua popularidade extra-acadêmica era, paradoxalmente, um dos motivos para seu enfraquecimento dentro das universidades (Jacobs, 1994, p. 195; Dippie, 1991, p. 125).

O segundo motivo que levou à crise de identidade na seara da História do Oeste foi a crescente rejeição ao turnerismo por parte dos historiadores das décadas de 1950 e 1960. Se a *frontier thesis* já havia sido amplamente atacada como explicação global para o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos desde a década de 1930 (Novick, 1988, p. 206-248), ela continuou desfrutando de um grande prestígio no campo da *Western History* até o começo dos anos 1960, pelo menos, tornando-se sinônimo

para “história do Oeste”. No entanto, os questionamentos surgidos neste período foram bastante significativos, a ponto de precipitar a subdisciplina em uma profunda crise de identidade, na medida em que seus praticantes viram-se “forçados” a encontrar outros modos de explicar e narrar a história do *American West*, encerrando a associação quase imediata entre a tese de Turner e o campo. Se até então *frontier thesis* e *Western History* eram quase sinônimos, a partir deste momento esta conexão diminui consideravelmente, e os membros do campo viram-se “obrigados” a encontrar alguma síntese que pudesse dar a coerência que a tese de Turner havia fornecido à área até então.

Esta busca acabou centrando-se na idéia de “região”, em um claro *redirecionamento* da *Western History* em sentidos diversos àqueles imaginados pelo antigo mestre e seus seguidores. Autores como Earl Pomeroy, Howard Lamar e Gerald Nash (todos autores de obras seminais sobre o Oeste) centraram suas pesquisas nas áreas além do meridiano cem, dando pouca importância para a existência (ou inexistência) de uma fronteira processual. Dito de outro modo, o que lhes interessava era o enredamento da história regional em termos que a tornassem distinta da experiência nacional, mesmo que esta não fosse descartada *a priori*. Não se tratava, entretanto, de uma *rejeição* da nação, mas de uma *sobrevalorização* da região.

Nestes textos (Pomeroy, 1968, p. 80-87; Lamar, 1966; Nash, 1973), considerados canônicos para a nova historiografia regional (Etulain, 1996, p. 104-119), o Oeste emerge não mais como a última fronteira da marcha dos pioneiros, mas como uma região *distinta* das outras. Existem diferenças, contudo, nas conclusões destes autores: enquanto que para Pomeroy e Lamar, o Oeste foi uma área *colonizada* pelo Leste, de modo que suas instituições e seus habitantes se tornaram dependentes dos humores da Costa Atlântica, para Nash, a terra além do Mississipi e do centésimo meridiano emergiu no começo do século XX como o grande *pace-setter* do ritmo do desenvolvimento nacional. Segundo ele, o Oeste tornou-se o *centro* do poder político e econômico dos Estados Unidos, ditando os caminhos que a nação deveria seguir, e não o contrário. Apesar destas significativas divergências, pode-se afirmar que o projeto de *Western History* pensado por estes autores rompe com a ideia do “Oeste enquanto América”, afirmando o “Oeste como Oeste”, seja de forma mais negativa, como no caso de Pomeroy e Lamar, ou positiva, como no de Nash.

As considerações destes pesquisadores e a sua crescente influência institucional precipitaram o campo em uma vaga regionalista que, a partir das décadas de 1960

¹⁸ Billington foi autor e editor, nesta época, de mais de trinta obras de divulgação, incluindo a famosa série *Histories of the American Frontier* (“Histórias da Fronteira Norte-americana”). Além disso, ele foi um entusiasmado defensor da presença de leigos nos quadros da WHA, o que desagradava boa parte de seus colegas.

e 1970, provou muito difícil de ser contida. Com a morte ou a aposentadoria de alguns turnerianos da velha guarda e a emergência de uma nova geração de historiadores não-turnerianos ou antiturnerianos, houve espaço nos lugares de produção para que pesquisas e investigações centradas na visão regionalista pudessem emergir. Ainda que não se possa falar em uma *débâcle* completa do turnerismo, é perceptível seu enfraquecimento acadêmico a partir destes anos. Sendo assim, autores como Michael Malone, David Weber, Donald Worster, William Robbins, Walter Nugent e Gene Gressley tornaram-se nomes importantes do campo advogando interpretações regionalistas e bastante críticas do trabalho de Turner e seus seguidores. A despeito de algumas importantes diferenças, seus trabalhos seguiam os passos estabelecidos por Nash, Pomeroy e Lamar em busca de uma redefinição do Oeste como “região”, independentemente de seu *status* como a “última” fronteira dos Estados Unidos (Nash, 1991, p. 101-158; Dippie, 1991, p. 112-138).

Esta refiguração da história do Oeste tem, obviamente, profundas consequências *disciplinares*, na medida em que ela reforçava a já acentuada regionalização da disciplina, e a afastava da pretensão mais global que a havia norteado na primeira metade do século XX. Neste caso, como bem enumerou Kerwin Klein (1996, p. 207), ela tornou-se mais uma especialização em um mundo já repleto delas. Houve, assim, um afastamento consciente de modelos explicativos e narrativos mais globais, com o claro intuito de encontrar um nicho de atuação específico para os *western historians*. Parece-me claro, assim, que o resultado disto foi a emergência de um sentimento de crise no campo. Em outras palavras, a origem da tão decantada “crise da *Western History*”, que passou a ser um *topos* discursivo bastante recorrente a partir de então (e que perdura até hoje)¹⁹, pode ser localizada no momento em que os historiadores do Oeste resolveram abdicar de uma narrativa nacional (ou transnacional), em prol de uma visão regionalista e, muitas vezes, paroquial, da história do Oeste. É evidente que interpretações históricas que se pretendem regionalistas acabam interessando, na maior parte das vezes, somente aos investigadores e leitores da região em questão. As já mencionadas estatísticas universitárias do começo dos anos 1960 deixam isto claro, assim como aquelas do começo da década de 1990: segundo um relatório da AHA (Bogue, 1996, p. 9), somente 40% das universidades norte-americanas possuíam o curso em seus currículos, a grande maioria delas (95%) nos estados do próprio Oeste.

Esta regionalização, e a decorrente marginalização acadêmica do campo, levou alguns *western historians* a

temerem pela própria existência de sua área de atuação. Ecoando as preocupações de Davis de 1964, alguns historiadores passaram a escrutinar profundamente a subdisciplina, na tentativa de encontrar uma *raison d'être* para ela e de provar ao *mainstream* historiográfico norte-americano que, sim, a *Western History* continuava viva e relevante para os tempos modernos. Do começo até meados dos anos 1980, diversos artigos e livros buscaram encontrar soluções para aquilo que então parecia uma crise inescapável. Entre alguns autores, prevalecia a ideia de que os culpados do problema eram os turnerianos e os historiadores amadores, que teriam confundido o Oeste “real” com aquele dos mitos românticos sobre a fronteira e seus exóticos personagens, numa clara tentativa de definição do que poderia e do que não poderia ser considerado como sendo uma *Western History* legítima (Malone e Paul, 1985, p. 27-28; Gressley, 1984, p. 493). Outros imputavam o problema aos próprios historiadores do Oeste, incapazes de chegar a um consenso mínimo sobre a sua área de atuação (a fronteira? o Oeste? ambos?) e sua dependência de modelos teórico-metodológicos considerados ultrapassados pelo *mainstream* historiográfico (Nichols, 1986, p. 1-6). Finalmente, a própria timidez política dos *western historians* era considerada como sendo o sinal de um conservadorismo que resistia à ideia de transformar a *Western History* em algo relevante não só *intelectualmente*, mas *política e socialmente*. Segundo os defensores desta última posição, isto só poderia resultar em uma crise de identidade, principalmente diante de uma conjuntura em que os historiadores de outras áreas estavam levando em consideração a importância social da profissão (Robbins, 1986, p. 577-597). De qualquer modo, o que prevalecia era o sentimento de que o campo estava, para usar as palavras de Nichols (1986, p. 4), indo em direção à extinção total. Sendo assim, estes autores passaram a insistir em modos de explicar e narrar a história regional que pudessem reconectá-la à história nacional, mesmo sem abrir mão de um regionalismo bastante acentuado (Worster, 1992). Mais uma vez, portanto, era preciso buscar o significado maior desta região para os Estados Unidos. Este foi encontrado sob a égide de sua “conquista” e “colonização” no século XIX.

Segundo estes historiadores, a região era resultado da expansão de uma potência imperialista já formada e que ali havia consolidado seu poder. Deste modo, o que distinguia o *American West* das outras regiões do país era sua forte dependência do governo federal, a grande presença de povos conquistados (mexicanos e indígenas), a aridez extrema de suas terras e a desigualdade econômica.

¹⁹ Ver, neste caso, a recente pesquisa sobre o estado do campo, entre os associados da WHA, conduzida por alguns respeitados *western historians* (Lansing et al., 2007, p. 1-30).

Sua história podia ser enredada de várias formas: como a da subjugação de seus trabalhadores e produtores à feroz arena da economia globalizada (Robbins, 1991); como a da conquista de outras nações e sua problemática convivência com os conquistadores (Limerick, 1987); como a da reprodução de instituições políticas do Leste em um novo território, em um caso de clara continuidade entre um e outro, ainda que em condições desfavoráveis para o Oeste (Pomeroy, 1955; Lamar, 1966); e, finalmente, como a da emergência de um poderoso aparato estatal para lidar com a aridez e a degradação ambiental resultante desta alteração de seu ecossistema pelos esforços governamentais (Worster, 1985). De um modo ou de outro, contudo, o que se enfatizava nestas histórias era o caráter dependente do Oeste e seu *status* como uma “província espoliada”, para citar a famosa frase de Bernard DeVoto (Etulain, 1996, p. 111). O que importava para esta historiografia era, então, o *desvelamento* e a *explicação* dos diversos problemas que flagelavam o Oeste, de modo a *saná-los*. Deste modo, o foco privilegiado de suas interpretações deveria ser *sempre* regional, se quisessem ser de alguma valia para os *westerners* (Worster, 1987, p. 148).

Algumas destas histórias regionalistas também eram profundamente devedoras da “Nova História Social” norte-americana dos anos 1960 e 1970. Rompendo com o chamado “consensualismo” historiográfico da década de 1950, que enfatizava a “união” de todos os habitantes do país em torno de um conjunto de valores “comuns” (“liberdade”, “democracia”, “consumo”, etc.), estes historiadores tinham por objetivo a construção de narrativas que contemplassem a incompletude do projeto norte-americano, o fracasso do *American Dream* e os conflitos de classe e cultura que perpassavam toda a sociedade estadunidense. A Nova História Social deu vazão às demandas históricas, e historiográficas, de um grande número de grupos sociais marginalizados: negros, latinos, imigrantes pobres e mulheres agora demandavam não só a escrita de novas histórias, mas se autoatribuíam o direito *exclusivo* de fazê-lo. Não se tratava somente de rejeitar as antigas narrativas centradas nos “grandes homens brancos mortos”, mas a própria legitimidade dos antigos modelos acadêmicos de História. Deste modo, a década de 1970 foi profícua na elaboração de metodologias que tentavam escapar à

“dominação” eurocêntrica na academia: a história oral, a etno-história, a adoção de aportes teóricos da Crítica Literária e do desconstrucionismo francês. De um modo ou de outro, estes grupos tentavam recuperar uma história “intocada” pela dominação narrativa dos brancos; as suas histórias deveriam servir aos seus próprios interesses morais e políticos (Appleby *et al.*, 1994, p. 190-237).

Em algumas searas, isto significou a rejeição dos parâmetros institucionais da *Western History*, entendida como sendo sinônimo de *frontier thesis* e, por isso mesmo, incapaz de contar a história destes grupos marginalizados de forma satisfatória.²⁰ Para alguns *western historians*, isto foi entendido como um claro sinal da fragmentação e da crise do campo, já que algumas destas competiam e criticavam diretamente boa parte da historiografia sobre o Oeste (Nash, 1991, p. 129-130). A principal delas era a *New Indian History*, que almejava reconstruir a história dos nativos com uma finalidade essencialmente política, isto é, para fornecer-lhes a voz e o papel histórico que lhes haviam sido negados. Estas histórias enfatizavam a relação entre as próprias sociedades indígenas, empregando *insights* de etnólogos, psicólogos e antropólogos. Para estes autores, era essencial que se superasse o etnocentrismo que havia informado a leitura da história nativa durante mais de um século (Berkhofer Jr., 1971, p. 357-382). Do mesmo modo, e também movida por uma clara motivação política, surgia a *Chicano History*, que denunciava o roubo das terras dos hispânicos, quando da conquista anglo-saxônica, sua dominação social e econômica, a tentativa do apagamento de suas identidades culturais e seu silenciamento pela historiografia tradicional. Para que os *chicanos* pudessem ter um maior protagonismo político, era necessário que tivessem narrativas que lhes propiciassem isto (Gutierrez, 1994, p. 520-521). Por fim, as mulheres também passaram a questionar os pressupostos pelos quais as suas histórias haviam sido narradas até então, rejeitando a dominação masculina na academia e na História e escrevendo textos que destacavam o papel desempenhado pelo sexo feminino no Oeste e na fronteira (Morrissey *et al.*, 1986, p. 272-273)²¹.

Estes três “movimentos” denunciavam o etnocentrismo de *todos* os historiadores anteriores, não só dos turnerianos, e almejavam a reconstrução de uma história

²⁰ Estes historiadores consideravam a tese de Turner excessivamente “nacionalista”, “eurocêntrica” e “imperialista”. Seus fins políticos seriam, portanto, perniciosos para a construção de uma história efetivamente multicultural para os Estados Unidos. O que eles não puderam, ou não quiseram, entender é que, independentemente do vocabulário aparentemente racista da *frontier thesis* (perfeitamente compreensível, se levarmos em consideração a linguagem de todas as ciências humanas e naturais de fins do século XIX), o conceito de “fronteira” pode servir a finalidades multiculturais, na medida em que possibilita a construção de *plots* sobre interações culturais diversas e sobre a aproximação entre grupos sociais e étnicos distintos e sua fusão em algo genuinamente americano. Aliás, muitas destas novas histórias isolavam e naturalizavam seus objetos de estudo, ignorando, ou minimizando, a conturbada história de contatos e fusões entre hispânicos, anglo-saxônicos, negros e indígenas no Oeste e fora dele. O resultado foi uma fragmentação disciplinar que, ao contrário do que defendiam seus postulantes, impedia a articulação de histórias voltadas à justiça social e à criação de uma identidade multiculturalista (e politicamente progressista) para as Américas. Esta posição é defendida, com maestria ímpar, por Klein (1997).

²¹ Bogue (1996, p. 9) cita ainda a “história ambiental” como sendo um dos campos em disputa com a *Western History*. Tendo em vista, contudo, que os historiadores mais importantes desta área, Donald Worster e Richard White, apresentavam-se como “historiadores do Oeste” e faziam da região o principal objeto de suas análises, mais tarde integrando a NWH, considero tal afirmação um pouco forçada.

com bases completamente diferentes daquelas oferecidas por eles, enfatizando o que antes havia sido silenciado ou transformado em estereótipo. Sendo assim, buscava-se instituir novas subdisciplinas não comprometidas com este tipo de historiografia: a *Western History* foi rejeitada justamente por causa de seu comprometimento com uma história que não só não servia aos interesses destes novos grupos, mas também os contrariava profundamente. Não importava que índios e *chicanos* habitassem o Oeste: a sua região *não* era a mesma dos brancos, a sua história *não* era a mesma de seus conquistadores. Logo, seu campo *não podia* ser o mesmo deles²².

Alguns regionalistas abraçaram estas considerações mais críticas e as combinaram com as já mencionadas perspectivas sobre o *status* colonizado do Oeste. Para estes autores (Limerick, 1987; Worster, 1992; White, 1991; Deverell, 1994), esta junção podia ser a nova síntese que recuperaria a coerência do campo. Esta, entretanto, não devia estar assentada em uma única leitura sobre a história da região (como faziam os turnerianos e alguns antigos regionalistas), mas no reconhecimento da multiplicidade de histórias a serem contadas e da existência de vários “Oestes”, com suas especificidades características (Limerick, 1987, p. 1-23; Deverell, 1994, p. 189-190). A Grande Estória destes diferentes *plots* seriam as terras além do centésimo meridiano: o significado destas estórias seria dado pela sua importância para a formação do Oeste, entendido não mais somente como uma mera entidade geográfica, mas *histórica* e *cambiante*. Deste modo, os novos historiadores intentavam escapar a qualquer essencialismo ou generalizações que solapassem certas diferenças culturais, sociais e geográficas dentro do espaço do *American West*, além de tentar redefinir sua relação e seu significado para a nação *como um todo*. Talvez temendo o sempre presente espectro da regionalização disciplinar, eles voltavam a tentar encontrar um modo de explicação mais global para as suas histórias (White, 1991, p. 1-3).

Apesar das controvérsias e do grande sucesso midiático que atraíram²³, estas interpretações não conseguiram apontar uma saída para a crise, talvez por ainda insistirem em posicionamentos excessivamente regionalistas. O *boom* de textos sobre o campo e suas aventuras e desventuras no começo dos anos 1990 escancarou as profundas divergências entre historiadores que defendiam a retomada

de um modelo explicativo nacional e transnacional, com uma interessante retomada dos pressupostos turnerianos (Cronon *et al.*, 1992; Faragher, 1993; Aron, 1994) e aqueles que advogavam a perspectiva regionalista, mesmo que um tanto quanto matizada (Limerick, 1990; Worster, 1991; White, 1991). Mas apesar da crise ter continuado sem uma solução aparente, as discussões das décadas de 1980 e 1990 (principalmente aquelas ocorridas quando do centenário da *frontier thesis*, em 1993) serviram para renovar o interesse pelo campo e para demonstrar ao *mainstream* historiográfico dos Estados Unidos que a *Western History* continuava viva e vibrante, como, aliás, nunca deixara de ser. Assim, a sub-disciplina acabou recuperando algo de seu antigo prestígio e de sua importância historiográfica para a nação, mesmo que a regionalização de seu ensino esteja longe de ser superada em prol de sua universalização no espaço acadêmico dos Estados Unidos (Limerick, 2001, p. 13-28; Scharff *et al.*, 2000)²⁴.

Conclusões

Durante o século XX, a trajetória da *Western History* foi do prestígio à decadência, da centralidade à marginalização. A principal causa deste problema parece ter sido o abandono de uma Grande Estória que pudesse conectá-la à história nacional (no caso, a *frontier thesis*), transformando-a em mais uma especialização em um mundo já cheio de especializações. Enquanto sua narrativa principal foi a *frontier thesis*, seu escopo era amplo o suficiente para que pudesse ser aceita por intelectuais dos Estados Unidos e das Américas, já que ela fornecia sentido a uma série de experiências regionais aparentemente divergentes. Quando do abandono, ou da minimização, desta ambição universalista, através da ênfase na ideia do Oeste enquanto *região*, o campo entrou em um processo descendente quase irreversível. A lógica aqui é simples: quanto mais seus *scholars* defendiam abordagens regionalistas, menos podiam se arrogar o direito de fornecer uma explicação global para a história da nação e das Américas, como alguns *western historians* do começo daquele século haviam feito. Destarte, era natural que esta perda de espaço e de respeito intelectual causasse um sentimento de crise bastante agudo nas searas da História do Oeste,

²² Apesar desta negação, alguns autores *chicanos*, como Rodolfo Acuña e Gloria Anzálua, mesmo rejeitando os parâmetros institucionais da *Western History*, enredaram suas histórias a partir do conceito de *frontera*, enfatizando, assim, as mestiçagens culturais e sanguíneas entre conquistadores e conquistados e a relação dialética estabelecida entre os dois lados desta linha que tanto separava quanto unia seus agentes. Significativamente, o livro mais importante de Anzálua chamava-se *Borderlands/La Frontera* (1987) (Klein, 1996, p. 200-205).

²³ A chamada *New Western History* atraiu uma boa atenção da mídia, principalmente durante a celebração do centenário da *frontier thesis*, em 1993, graças aos seus ataques a Turner e suas críticas ao chamado “mito do Oeste”. Do mesmo modo, as impetuosas afirmações de alguns de seus principais nomes (Limerick, Worster e White) também receberam respostas de vários acadêmicos, alguns questionando a novidade do movimento e outros atacando o que entendiam como sendo uma visão essencialmente “negativa” e “esquerdista” da história do Oeste e dos Estados Unidos. Sobre isto, ver a seguinte coletânea: Robinson (1998).

²⁴ Prova disto é a adição de um capítulo sobre a história e a historiografia do Oeste na série *The New American History*, organizada por Eric Foner, em sua segunda edição de 1997. Na publicação original, de 1990, não existia qualquer referência ao tema. Ver White (1997).

do mesmo modo que foi natural que eles buscassem a solução para estes impasses em um modo de reconectar a história regional à história nacional, ainda que em termos diferentes daqueles do início do século XX.

Ainda que algo de sua antiga glória tenha sido recuperada após o surgimento da *New Western History*, a insistência em negar qualquer valor heurístico ao conceito de “fronteira” por parte de alguns de seus nomes mais importantes²⁵, em termos turnerianos ou não, parece impedir que o campo possa voltar a fornecer aportes teórico-metodológicos e uma Grande Estória capaz de falar para *todas* as Américas, como foi capaz de fazer um dia. Enquanto os historiadores do Oeste insistirem em ser somente do Oeste (aliás, isto é válido para *toda* e *qualquer* história regional), o espectro da crise estará sempre presente. Em tempos de muros e arames farpados, este é, sem dúvida, um passo a mais na direção errada.

Referências

- ANZALDÚA, G. 1987. *Borderlands = La frontera: the new mestiza*. San Francisco, Spinster/Aunt Lute.
- APPLEBY, J.; HUNT, L.; JACOB, M. 1994. *Telling the truth about History*. New York, W.W. Norton, 322 p.
- ARON, S. 1994. Lessons in conquest: Towards a greater Western History. *The Pacific Historical Review*, **64**(2):125-147.
- AVILA, A.L. 2006. *E da fronteira veio um pioneiro...: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 175 p.
- BEARD, C. 1928. *The rise of the American civilization*. New York, McMillan, 4 vol.
- BERKHOFER JR., R. 1971. The political context of the New Indian History. *Pacific Historical Review*, **40**(3):357-382.
- BERKHOFER JR., R. 1997. *Beyond the great story: History as text and discourse*. Cambridge, Harvard University Press, 381 p.
- BILLINGTON, R.A. 1967 [1949]. *Westward expansion: A history of the American frontier*. New York, MacMillan, 680 p.
- BOGUE, A.G. 1996. The course of Western History's first century. In: C.A. MILNER II (org.), *A New Significance: re-envisioning the history of the American West*. New York, University of Oxford Press, 28 p.
- BOLTON, H.E. 1932. The epic of a greater America. *American Historical Review*, **35**(3):448-474.
- BOLTON, H.E. 1996 [1921]. *The Spanish borderlands: A chronicle of the Old Southwest and Florida*. Albuquerque, University of New Mexico, 320 p.
- CERTEAU, M. 2002. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 345 p.
- CRONON, W. 1987. Revisiting the vanishing frontier: The legacy of Frederick Jackson Turner. *The Western Historical Quarterly*, **18**(2):157-176.
- CRONON, W.; MILES, G.; GITLIN, J. 1992. Becoming West. In: W. CRONON; G. MILES; J. GITLIN (org.), *Under an open sky: Rethinking America's Western past*. New York, W.W. Norton, p. 3-27.
- DAVIS, W. 1964. Will the West survive as a Historical Field? A survey report. *Mississippi Valley Historical Review*, **50**(1):1-23.
- DEVERELL, W. 1994. Fighting Words: the significance of the American West in the history of the United States. *The Western Historical Quarterly*, **25**(2):185-206.
- DIPPIE, B. 1991. American Wests: Historiographical perspectives. In: P.N. LIMERICK; C.A. MILNER II; C.E. RANKIN (org.), *Trails: Toward a new Western History*. Lawrence, University of Kansas Press, p. 112-136.
- ETULAIN, R.W. 1996. *Reimagining the modern American West: A century of fiction, history and art*. Tucson, University Press of Arizona, 241 p.
- FARAGHER, J.M. 1993. The frontier trail: Rethinking turner and reimagining the American West. *American Historical Review*, **98**(1):106-119.
- GRESSLEY, G.M. 1984. Whither Western American History? Speculation on a direction. *The Pacific Historical Review*, **53**(4):493-501.
- GUTIERREZ, D. 1994. Significant to whom? Mexican-Americans and the history of the American West. *The Western Historical Quarterly*, **24**(4):519-539.
- HURTADO, A.L. 1995. Parkmanizing the Spanish borderlands: Bolton, Turner and the Historians' World. *The Western Historical Quarterly*, **26**(2):149-167.
- JACOBS, W. 1994. *On Turner's trail: 100 years of writing Western History*. Lawrence, University of Kansas Press, 320 p.
- KLEIN, K.L. 1996. Reclaiming the “F” Word, or being and becoming postwestern. *The Pacific Historical Review*, **65**(2):179-215.
- KLEIN, K.L. 1997. *Frontiers of historical imagination: Narrating the European conquest of native America, 1890-1990*. Berkeley, University of California Press, 377 p.
- LAMAR, H. 1966. *The Far Southwest, 1846-1912*. New Haven, Yale University Press, 344 p.
- LANSING, M.; LEWIS, D.R.; WROBEL, D.; MONTOYA, M.E.; BURKE, F.; GONZÁLEZ, D.J.; WEST, E.; JOHNSON, B.; FLUHARTY, S.; FIREMAN, J. 2007. Surveying the Western History Association. *The Western Historical Quarterly*, **38**(3):1-8.
- LIMERICK, P.N. 1987. *The legacy of conquest: The unbroken past of the American West*. New York, W.W. Norton, 376 p.
- LIMERICK, P.N. 1990. What on Earth is the New Western History? *Montana Magazine of Western History*, **40**(3):61-64.
- LIMERICK, P.N. 2001. *Something in the soil: Legacies and reckonings in the New West*. New York, W.W. Norton, 384 p.
- LYOTARD, J.F. 1989. *A condição pós-moderna*. Lisboa, Gradiva, 135 p.
- MALONE, M.P.; PAUL, R.W. 1985. Tradition and challenge in Western historiography. *The Western Historical Quarterly*, **16**(1):27-53.
- MORRISEY, K.G.; LAMAR, H.R.; CRONON, W.; GITLIN, J. 1986. Women and the West: Rethinking the Western History survey course. *The Western Historical Quarterly*, **12**(3):270-286.

²⁵ White (1991), por exemplo, não menciona nem o conceito nem o nome de qualquer turneriano em sua *magnum opus*, *It's Your Misfortune and None of My Own* (“O Azar é seu, não meu”), aparentemente recusando-se a discutir suas vantagens e desvantagens. A tática aqui é de *apagamento* da tradição historiográfica turneriana, de modo a reforçar sua própria posição intelectual.

- NASH, G.D. 1973. *The American West in the 20th century: the history of an urban oasis*. New Jersey, Prentice-Hall, 320 p.
- NASH, G.D. 1991. *Creating the West: Historical interpretations, 1890-1990*. Albuquerque, University of New México Press, 318 p.
- NICHOLS, R.L. 1986. Introduction. In: R.L. NICHOLS (org.), *American frontier and Western issues: A historiographical review*. Westport, Greenwood Press, p. 1-6.
- NOVICK, P. 1988. *That noble dream: The "Objectivity Question" and the American historical profession*. Cambridge, University of Harvard Press, 648 p.
- PAXSON, F. 2001. *A History of the American Frontier*. New Haven, Yale University Press, 628 p.
- POMEROY, E. 1955. Towards a reorientation of Western History: Continuity and environment. *Mississippi Valley Historical Review*, 41(3):579-600.
- ROBBINS, W.G. 1986. The "Plundered Province" Thesis and the recent historiography of the American West. *The Pacific Historical Review*, 55(4):577-597.
- ROBBINS, W.G. 1991. Laying siege to Western History: The emergence of new paradigms. *Reviews in American History*, 19(3):577-597.
- ROBINSON, F.G. (org.). 1998. *The new Western History: The territory ahead*. Tucson, University of Arizona Press, 218 p.
- SCHARFF, V.; RONDA, J.P.; FARAGHER, J.M.; GUTIERREZ, D.G.; UNDERWOOD, K.; MONTROYA, M.E. 2000. Claims and prospects of Western History: A roundtable. *The Western Historical Quarterly*, 31(1):1-33.
- TURNER, F.J. 1996. *The frontier in American History*. New York, Dove, 375 p.
- TURNER, F.J. 1998. The significance of History. In: J.M. FARAGHER (ed.), *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven, Yale University Press, p. 11-30.
- WEBB, W.P. 1931. *The great plains: A study in institutions and environment*. New York, Ginn and Company, 525 p.
- WHITE, R. 1991. *It's your misfortune and none of my own: A new history of the American West*. Norman, University of Oklahoma Press, 644 p.
- WHITE, R. 1994. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, Edusp, 310 p.
- WHITE, R. 1997. *Western History*. Washington, American Historical Association, 28 p.
- WORSTER, D.E. 1985. *Rivers of empire: Water, aridity and the growth of the American West*. New York, Oxford University Press, 402 p.
- WORSTER, D.E. 1987. New West, true West: Interpreting the region's history. *The Western Historical Quarterly*, 18(2):141-156.
- WORSTER, D.E. 1991. Beyond the agrarian myth. In: P.N. LIMERICK; C.A. MILNER II; C.E. RANKIN (org.), *Trails: Toward a new Western History*. Lawrence, University of Kansas Press, p. 3-25.
- WORSTER, D.E. 1992. *Under Western skies: Nature and history in the American West*. New York, Oxford University Press, 292 p.

Submetido em: 03/03/2008

Aceito em: 13/05/2008

Arthur Lima de Avila
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Gonçalves de Carvalho, 474/601, Independência
90035-170 Porto Alegre RS, Brasil